



**AS ESPECIFICIDADES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO (AEE) NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
(IFFAR) CAMPUS PANAMBI**

MEDEIROS, Daniela ¹; SILVA, Franciele Fernandes da²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar e entender as especificidades do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Instituto Federal Farroupilha *Campus* Panambi. Para isso, se organiza de modo a apresentar a Instituição, o espaço da sala de recursos multifuncional, recursos e profissionais envolvidos. Seguido de uma revisão de literatura, o eixo central do trabalho se detém a problematizar pontos específicos deste Atendimento neste espaço e com este público em específico (adolescentes e adultos, estudantes de cursos técnicos e superiores). Tais problematizações se dão a partir de documentos legais e percepções/relatos da docente de educação especial (responsável pelo AEE) e por uma aluna voluntária no NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais). Ao final, entende-se melhor as possibilidades e limitações do AEE oferecido e desenvolvido neste espaço, bem como brechas que podem permitir outras ações em *prol* da inclusão no ambiente escolar.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Inclusão. Instituto Federal Farroupilha.

ABSTRACT

This work aims to present and understand the specificities of the Specialized Educational Assistance (SEA) at the Federal Institute Farroupilha Panambi Campus. To this end, it is organized in order to present the Institution, the space of the multifunctional resource room, resources and professionals involved. Following a literature review, the central axis of the work focuses on specific issues of this Service in this space and with this specific audience (adolescents and adults, students of technical and higher courses). Such problematizations are based on legal documents and perceptions / reports of the special education teacher (responsible for SEA) and a volunteer student at NSPSE (Nucleus of Support for People with Special Educational Needs). At the end, it is better understood the possibilities and limitations

¹ Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Farroupilha *campus* Panambi; Coordenadora de Ações Inclusivas, Presidente Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. E-mail: daniela.medeiros@iffarroupilha.edu.br.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Biológica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Farroupilha do *campus* Panambi, Acadêmica do Curso de Capacitação em Tradução e Interpretação em Libras da Universidade Tuiuti Paraná, membro voluntária no NAPNE. E-mail: fran.oly@hotmail.com.



of SEA offered and developed in this space, as well as loopholes that may allow other actions in favor of inclusion in the school environment.

Key words: Specialized Educational Assistance. Inclusion. Federal Farroupilha Institute.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem sua centralidade na educação inclusiva e suas especificidades no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), mais especificamente, no *campus* Panambi. Para isso, seu foco maior se dá nas práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que são propostas e desenvolvidas nesta Instituição, buscando entender tal Atendimento, suas especificidades (possibilidades, limitações e particularidades), os sujeitos envolvidos e seus reflexos para o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino médio, tecnológico e superior.

A fim de cumprir tal propósito, o trabalho se organiza de modo a: entender o campo de pesquisa, apresentando o IFFar *campus* Panambi e o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), tendo este como Núcleo responsável pelo Atendimento a este público específico, bem como responsável por ações que potencializem a inclusão escolar (1-Campo de Pesquisa); apresentar recortes teóricos que embasam e fundamentam a discussão proposta (2-Revisão de Literatura); discorrer sobre o AEE no IFFar *campus* Panambi, apresentando seus espaços, sujeitos e profissionais envolvidos (3- O AEE no Instituto Federal Farroupilha *Campus* Panambi); pensar e problematizar sobre algumas especificidades deste Atendimento nesta Instituição, considerando a faixa etária e cursos envolvidos (4- As especificidades do AEE em uma Instituição de Ensino Médio, Tecnológico e Superior); e, as referências utilizadas no trabalho (Referências).

1 O CAMPO DE PESQUISA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha-IF Farroupilha foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e tem por missão “promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”.



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mostra de Tecnologias na Educação à Distância
III Mostra de Trabalhos Científicos do PIBID
VI Curso de Práticas Socioculturais Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de Formação de Professores



Atualmente, o IFFar possui onze *campus*, a Reitoria, Polos de Educação a Distância e Centros de Referência (MEC, 2015).

Os Institutos Federais Farroupilha (IFFar) possuem as Coordenações de Ações Inclusivas (CAIs), as quais têm seu regimento aprovado em 2014, por meio da Resolução do Conselho Superior nº015/2014 e possuem, vinculadas a ela, três Núcleos Inclusivos: NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), NUGEDIS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) e NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais).

O NAPNE do IFFar *campus* Panambi, aprovado pela Portaria nº14/2010, tem por finalidade desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de garantir a inclusão na referida Instituição. Tal Núcleo é composto por docentes e técnicos administrativos vinculados ao Instituto, além de alunos que atuam de modo voluntário, tendo recomposições e trocas de membros a cada dois anos. Dentre as atribuições do NAPNE, citamos:

III-Orientar os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para as disciplinas; IV-Acompanhar o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os discentes incluídos conjuntamente com os docentes, a fim de realizar as adequações necessárias; VI- Acompanhar e orientar individualmente os discentes com deficiência nas atividades acadêmicas; VIII-Articular os diversos setores da instituição, buscando estimular a inclusão de pessoas com deficiência; X- Atuar em consonância com o NPI, no intuito de garantir processos de ensino qualificados aos educandos com deficiência; XII-Auxiliar nos processos seletivos do IF Farroupilha, buscando garantir acessibilidade aos candidatos; XIII-Zelar pelas condições de acesso, permanência e conclusão de curso dos discentes da Instituição. (FARROUPILHA, 2013)

Assim, junto a este Núcleo, os diferentes *campus* desenvolvem ações em *prol* da inclusão escolar de pessoas com deficiência, tendo seus servidores como profissionais atuantes desta causa (docentes e técnicos das diferentes áreas e setores). Junto a este grupo, o educador especial responsabiliza-se pelo Atendimento Educacional Especializado, subsidiando o processo de ensino/aprendizagem destes alunos no contraturno da sala de aula comum. Além disso, a psicóloga também auxilia em alguns casos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A proposição de pensar e problematizar o processo de inclusão nos Institutos Federais, mais especificamente no *campus* em que atuamos (IFFar *campus* Panambi/RS), nos desafia,



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mostra de Tecnologias
na Educação à Distância
III Mostra de Trabalhos
Científicos do PIBID
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



em um momento inicial, a pesquisar e conhecer alguns relatos e discussões já ocorridas em relação ao referido tema.

Com isso, no cenário atual do contexto educacional que estamos, emergem discussões em relação ao processo de inclusão de sujeitos com necessidades educacionais especiais nos Institutos Federais. Diante disso, é de suma importância e relevante pensar sobre as especificidades do AEE ofertado a estes sujeitos. Assim, a compreensão que trazemos está direcionada a uma crescente busca pelo entendimento das especificidades do AEE, sobre a perspectiva de melhor entender este processo.

Nesta direção, se tratando de Rede Federal de Ensino, segundo a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais, integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Assim, para atender a legislação vigente, atualmente estão sendo criados em cada *campus* o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) dando suporte a esse processo de inclusão e AEE.

O Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, por sua vez, regulamentado pela Presidência da República, define a oferta obrigatória do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Assim, a legislação referente ao assunto é clara, deve haver serviços de apoio especializado. Com isso, o AEE constitui-se com uma rede de serviços destinados ao público da educação especial, isto é, aos “alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” matriculados na rede regular de ensino (BRASIL, 2008, p. 7).

Vindo ao encontro de nosso objetivo de entender o processo de aprendizagem e de inclusão de sujeitos com NEE e as especificidades do AEE para estes sujeitos, Breitenbach (2012) deixa seu registro se tratando de Rede Federal de Ensino, visto que esta buscou “compreender as propostas de educação inclusiva nos documentos orientadores dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul e, nesse panorama, como são contempladas as pessoas consideradas, hoje, público-alvo da Educação Especial” (p.13).

Quando mencionamos este público-alvo que Breitenbach (2012) destaca, entendemos por ser ele composto por pessoas que além de sua deficiência, tem também suas singularidades como sujeito, o que nos faz refletir cada vez mais sobre o atendimento que é



direcionado as mesmas, nos fazendo pensar sobre a importância de incluir estas ao ambiente educacional, profissional e, do mesmo modo, na sociedade como um todo.

Silva e Silva (2015), em um artigo intitulado “Institutos Federais: Diversidade de sujeitos, formações plurais” discorrem sobre a diversidade de sujeitos que compõem estes espaços (Institutos Federais) compreendendo os mesmos como espaços de formação permanente do trabalhador. Conforme Silva e Silva (2015, p.346), “a expansão destas instituições [...] coloca em cena outros atores sociais ao ampliar a diversidade sociocultural dos sujeitos que atende, além do mais, as credencia como parceiras local no desenvolvimento de ações que possam concorrer para a redução das desigualdades”.

Entendemos através das autoras Silva e Silva (2015) que através das expansões destas instituições (Institutos Federais), podemos ter a expansão de sujeitos com NEE, que hoje estão no processo de ensino/aprendizagem e, logo, serão os profissionais que atuarão em diversas áreas do conhecimento.

Krebs e Rocha (2017), por sua vez, se propõem a pensar sobre a acessibilidade e inclusão de estudantes surdos nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Apontam o número baixo de tais estudantes nos referidos Institutos, mesmo naqueles que se localizam em municípios com quantitativo importante de surdos. Apontam um decréscimo de matrículas do ensino fundamental para o ensino médio e EJA (visualizado em gráfico construído pelas autoras na página 750 do artigo), e mostram o número reduzido destes estudantes na educação profissional, se comparada a outras modalidades de ensino (Quadro 1, disponível na página 751 do artigo).

Krebs e Rocha (2017) concluem que os Institutos “devem buscar estratégias para efetivar a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos, considerando o ingresso, a permanência, a conclusão dos cursos e a posterior inclusão no mundo do trabalho e na sociedade” (p.747). Justificam que somente deste modo estas Instituições “estarão cumprindo com seu compromisso institucional de buscar desenvolver uma sociedade mais justa e inclusiva para todos” (p.747).

Entende-se a especificidade do trabalho de Krebs e Rocha (2017), visto que o mesmo atenta de forma mais cuidadosa aos estudantes surdos. No entanto, salientamos que tal preocupação e busca de estratégias de acessibilidade surgem, no contexto atual, como objetivo



de todos os Institutos Federais, e para todos os sujeitos envolvidos, sejam eles surdos, com alguma deficiência ou não.

Assim, considerando que a educação inclusiva pressupõe uma construção e como tal, seus pressupostos vão sendo formatados de acordo com as condições estabelecidas ao longo do processo, é necessário compreender que a educação de todos os estudantes é compromisso e responsabilidade da educação geral e não está dissociada da Educação Especial ou regular. Diante disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representa um novo marco teórico e político da educação brasileira, definindo a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; o conceito de atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à formação dos estudantes; e o público - alvo da educação especial constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

De acordo com as diretrizes da nova política:

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, 2008).

Com isso, a educação especial/inclusiva, sendo esta modalidade de amplo alcance, tem como proposta a educação para todos e nestes casos precisamos entender as singularidades de cada sujeito e suas necessidades específicas para o aprendizado. Sobre este olhar, a inclusão traz consigo um objetivo, que é aceitar a diferença no contexto escolar e possibilitar seu acesso ao conhecimento.

3 O AEE NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI

Em relação ao AEE oferecido no IFFar *campus* Panambi, entendemos que este possui, por objetivo maior, conhecer o modo como o aluno com deficiência aprende e constrói seus conhecimentos nas diferentes disciplinas (dificuldades e habilidades). Deste modo, criar estratégias e recursos que visam facilitar seu processo de ensino/aprendizagem, bem como sua inclusão no ambiente escolar. De modo conjunto, o processo de orientação e formação docente tende a potencializar estas ações.



Nesse cenário, atualmente o AEE do IFFar *campus* Panambi possui algumas formas de atendimento, sendo elas: AEE para pessoas com deficiência intelectual, AEE em Libras, AEE para o ensino da Língua Portuguesa como L2 e AEE para o ensino da Libras. Além disso, são ofertados atendimentos aos alunos com transtornos e dificuldades de aprendizado, que mesmo não sendo público alvo do AEE e tal atendimento não se configurar do mesmo modo, também é uma ação importante que vem ao encontro do seu objetivo maior.

Junto a estes sujeitos (com dificuldades e transtornos de aprendizagem), o público-alvo principal do AEE, no contexto atual, são alunos com deficiência intelectual, física, múltipla e surdos. Mas, vale ressaltar que este público varia a cada ano, conforme o ingresso de novos alunos na Instituição.

A sala de recursos possui materiais que atendem as diferentes deficiências, sendo alguns exemplos: computadores com leitor de tela instalado, impressora braile, cds bilíngues (Libras/Português), livros em braile, jogos pedagógicos em Libras e em braile (mais direcionados para crianças), teclado colmeia, *software* para comunicação alternativa, máquina perkins, bola com guizo, bandinha musical, prancha de aproximação para leitura, reglete e punção, soroban, jogos de estimulação tátil, sequência lógica, percepção visual, atlas com identificação em braile, entre outros que são construídos conforme a demanda dos alunos e os projetos que são desenvolvidos.

Em relação aos recursos humanos, o *campus* possui uma docente de educação especial e duas intérpretes de Libras que atuam diretamente na Coordenação de Ações Inclusivas (CAI). Também conta com uma psicóloga e uma assistente social. Em situações específicas, já contou com monitores que acompanhavam os alunos com deficiência. Há uma enfermeira e uma médica que auxiliam em situações de avaliações de laudos médicos e outros encaminhamentos.

Entende-se que alguns profissionais de outras áreas por vezes se fazem necessários, como alguém da fonoaudiologia, por exemplo. Nestes casos, fizemos parcerias com o município, auxiliando-nos reciprocamente.

O espaço físico da sala de recursos pode ser definido como uma sala razoavelmente ampla, bem iluminada, arejada, com mobiliário suficiente para atender as demandas do momento. Somente a educadora especial ocupa esta sala, havendo uma outra para as intérpretes de Libras.



4 AS ESPECIFICIDADES DO AEE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO MÉDIO, TECNOLÓGICO E SUPERIOR

Após discorrer sobre o campo de pesquisa e o AEE ofertado no IFFar *campus* Panambi, cabe-nos pensar sobre as especificidades de tal Atendimento nesta Instituição. Vale ressaltar que, de modo diferente de muitas escolas de educação básica, bem como de Instituições de Ensino Superior, o IFFar possui alunos com faixa etária a partir de 14 anos de idade, sendo estes jovens, adultos, alguns com mais de 50 anos de idade, trabalhadores, mães/pais de família, pessoas que por vezes ficaram algum tempo longe da escola, algumas com defasagens importantes nas aprendizagens, entre outros casos.

Neste cenário, os alunos com deficiência também compõem este todo, tendo, os mesmos, diferentes trajetórias e práticas escolares anteriores: alguns com histórico de AEE, adaptações curriculares e uso de terminalidade específica; outros parecem não ter recebido atendimento algum durante a vida escolar que antecede a chegada na Instituição; outros, possuem alguma deficiência (em sua maioria, deficiência intelectual leve) visível, mas nenhum diagnóstico ou avaliação que possibilitasse seu acesso ao AEE, por exemplo; e, alguns, ainda, parecem simplesmente ter “passado” pela escola, sem muitas aprendizagens significativas, com pouca percepção de suas necessidades, dificuldades de organização com as disciplinas e materiais, sem disciplina de estudo e mesmo o hábito de frequentar o AEE.

Considerando tudo isso, a adesão dos alunos ao AEE no IFFar *campus* Panambi tem surgido como um desafio. De forma frequente visualizamos alunos que não aceitam/desejam frequentar este Atendimento e, outros, por sua vez, são trabalhadores e estudantes que não tem tempo disponível para isso. Além disso, o fato de alguns terem simplesmente “passado” pela escola, os faz acreditar que pouco ou nenhum esforço de sua parte poderá ser suficiente para a aprovação e conclusão de algum curso, além daqueles, descrentes de sua própria aprendizagem e com barreiras atitudinais que parecem interferir no aproveitamento das aulas.

Também é importante considerarmos os desafios de pensar/planejar e desenvolver o AEE para este público específico, visto, por exemplo, os poucos materiais disponíveis na Sala de Recursos para jovens e adultos. O mais comum é haver materiais e recursos para serem utilizados com crianças e não com alunos maiores. Isso nos chama a pensar no perigo da infantilização do sujeito com deficiência e do ensino de conhecimentos basilares que ainda



não foram construídos por jovens e adultos e servirão de base para a continuidade de seus estudos.

Outro ponto a ser destacado é a preocupação constante em relação à certificação dos alunos, tanto com deficiência quanto com dificuldades na aprendizagem, já que tratamos de cursos técnicos e superiores, os quais não são considerados como ensino obrigatório. Isso tem sido alvo de estudos e discussões por parte das coordenações de ações inclusivas dos diferentes campi do IFFar a fim de, se necessário, reformular normativas e resoluções que orientam o processo de ensino/aprendizagem e certificação de alunos com deficiência.

Assim, apontamos o perfil dos alunos do IFFar *campus* Panambi, bem como os recursos e materiais disponíveis na sala de recursos como especificidades do AEE nesta Instituição, ou mesmo como desafios a serem trabalhados para suprir as demandas existentes. Acreditamos que o trabalho é contínuo e gradativo, no sentido de dar a ver a importância deste Atendimento na Inclusão de pessoas com deficiência e, temos apostado em projetos (de ensino e extensão) como via de aquisição e construção de recursos que atendam este público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva, através deste estudo buscamos explorar conteúdos que forneçam subsídios para a complementação dos conhecimentos teóricos já referidos, além de favorecer a discussão de possíveis relações entre teoria e prática de atendimentos desenvolvidos pelo NAPNE. Desse modo, possibilitamos a apropriação de novas ideias e interpretações, o que permite sempre que necessário, a modificação de atividades e atitudes nas abordagens presentes em cada atendimento.

Urge, portanto, a necessidade de se repensar sobre a atuação da escola em espaços de aprendizagem como fonte principal no processo de ensino/aprendizagem destes sujeitos público alvo do AEE, visto que, muitos espaços e lacunas ainda existentes neste processo de ensino/aprendizagem possam ser preenchidos. Assim, emerge a necessidade de colaboração entre os diferentes profissionais atuantes na escola, bem como a explicitação e discussão dos conhecimentos que cada um possui e mobiliza em situações específicas de ensino, favorecendo, assim, através das suas experiências para o auxílio do objetivo proposto nos AEE.

Consideramos que fez-se indispensável pensar em tais esclarecimentos sobre as



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mostra de Tecnologias
na Educação à Distância
III Mostra de Trabalhos
Científicos do PIBID
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



finalidades, competências do NAPNE, especificidades dos AEE, de modo que, estas explanações, bem como estes atendimentos ocorrem no Instituto possam servir como apoio (na ideia de ajudar a pensar) para as demais instituições de ensino que também desenvolvem esses atendimentos.

Finalmente, marcamos nossa percepção das limitações ainda existentes no AEE e processo de ensino/aprendizagem do público alvo do mesmo. Colocamo-nos em um lugar de constante estudo, busca e aperfeiçoamento. Mas, de modo geral, acreditamos que a experiência provocada pela busca de subsídios na fundamentação deste trabalho, agregou também muito na nossa formação profissional, bem como, como pessoal.

Espera-se, mesmo que de forma simbólica contribuir para a formação de professores/docentes que atuam no AEE, atuantes do NAPNE, pois a compreensão das singularidades do outro, é um espaço para se pensar as relações de mediação estabelecidas pelos profissionais da área na escola, ampliando a possibilidade de um melhor entendimento sobre a realidade escolar e do conhecimento que a este sujeito é veiculado.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011_2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 10 Mar 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008a, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **Propostas de Educação Inclusiva dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul: Alguns apontamentos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

KREBS, Josiane Roberta; ROCHA, Maria Aparecida Marques da. O compromisso dos Institutos Federais com a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos: retrato da situação educacional no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. **1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão**. Porto Alegre/RS: PUCRS, 2017.



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mostra de Tecnologias
na Educação à Distância
III Mostra de Trabalhos
Científicos do PIBID
V Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



MEC. **Instituto Federal Farroupilha**. Disponível em: <http://www.iffarroupilha.edu.br/a-institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 08/Mar/2018.

SILVA, Cleonice Maria da.; SILVA, Regina Maria da. Institutos Federais: Diversidade de Sujeitos, formações plurais. **Revista Científica Interdisciplinar**. ISSN: 2358-8411 N° 4, volume 2, artigo nº 30, Outubro/Dezembro 2015 D.O.I: <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v2n4a30>.